



COMISSÃO EPISCOPAL DE JUSTIÇA E PAZ - MOÇAMBIQUE

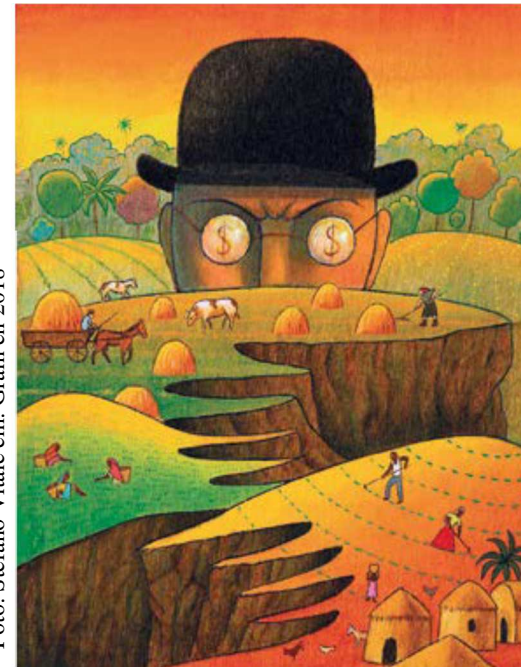


Foto: Stefano Vitale em: Grain em 2018

**NOSSA TERRA, NOSSA VIDA:
Uma reflexão pastoral sobre a terra que ajude a
organizar uma PASTORAL DA TERRA**

Agosto 2020

Referências bibliográficas

Conferência Episcopal de Moçambique (CEM) (2017, Abril 30). *Á tua descendência darei esta terra*. Carta Pastoral dos Bispos Católicos de Moçambique. Beira.

Conferência Episcopal de Moçambique (CEM) (2018). Temas da Doutrina Social da Igreja. *Terra*. Tema 6.

FRANCISCO, Papa (2015), *Laudato SI'*. Carta Encíclica sobre o cuidado da casa comum. Roma: Libreria Editrice Vaticana.

Mandamule, U. (Coord.) (2017). *Terra, poder e desenvolvimento em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora.

Portela, A. P. V. (s. a.). *Para entrar na Casa de Mia Couto em Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*.

Selemane, T. & Mandamule, U. (2017). *Grandes investimentos, reassentamentos e efeitos no meio rural*. Maputo.

Oremos juntos: Senhor, nós vos agradecemos pela terra, pelos seus frutos, e por tudo o que nela colocastes para o nosso bem e para a vossa glória. Concedei-nos a graça de cuida-la sem explora-la de tal modo que um dia ela possa connosco merecer a sua renovação no Espírito Santo.

Pai Nosso que estais nos céus...

ORGANIZAR UMA PASTORAL DA TERRA

A terra é a primeira dádiva e promessa de Deus ao ser humano para poder viver e desenvolver como imagem e semelhança d'Ele (cf. Gn 1, 26-30; 2, 7-9). Por isso, a Igreja não pode se desentender da relação do Homem com a terra. De facto, nesta relação há muitas coisas que devem ser "evangelizadas": o cuidado da terra, a justa distribuição da terra, os conflitos entre pessoas por causa da terra, etc. Estes problemas têm motivado algumas Dioceses a organizar uma Pastoral da Terra. Em Moçambique, aproximadamente 70% da população vive em zonas rurais onde dia após dia emergem conflitos de terra, é preciso que a Igreja, desde o Departamento de Desenvolvimento Humano Integrado, preste atenção pastoral a esses assuntos.

Uma pastoral da terra deverá trabalhar com as comunidades rurais para ajudá-las a viver dignamente com o trabalho da terra. Deverá ser um trabalho de formação, educação e promoção de modo a serem eles os protagonistas dum desenvolvimento do trabalho de campo que possa ser, ao mesmo tempo, desenvolvimento humano. Aqueles que trabalhem na Pastoral da Terra deverão estar bem formados e instruídos nas Políticas Nacionais da terra, na Doutrina Social da Igreja e nos Direitos Humanos.

Oferecemos aqui um panorama geral sobre a questão da terra no mundo e alguns conceitos que é preciso conhecer para ler a "*Reflexão Pastoral sobre a Terra*" que ajudará a organizar uma pastoral da Terra nas Dioceses que assim o desejarem.

I. CONTEXTO GERAL.

A. CRISE ENERGÉTICA MUNDIAL:

Desde há mais de duas décadas no mundo se prevê uma crise energética: o consumo de combustíveis fósseis (carvão, gás e petróleo) é tal que se prevê que a matéria prima há de acabar cedo além de serem muito poluentes. Por isso, estão a se procurar outros tipos de combustíveis que não sejam fósseis (eólica, nuclear, solar e “biocombustíveis”).

O que são “biocombustíveis”: são combustíveis (substâncias que em reacção ao oxigênio produzem energia) que se tiram de organismos vivos; de produtos da terra: cana-de-açúcar, milho, soja, mandioca, jatrofa, etc. A procura de biocombustíveis tem despoletado a procura de terra para o fabrico de biocombustíveis. O cultivo destes exige: monocultivo de grandes extensões com tecnologia avançada (para rega de água, pesticidas e fertilizantes). O objectivo destes cultivos não é o consumo humano, mas o fabrico de óleos ou diesel para produzir energia.

B. CRISE ALIMENTAR MUNDIAL:

Há também uma grande crise alimentar. O número de habitantes no planeta está em rápido crescimento e, em alguns países, não há terras férteis suficientes para proporcionar comida a todos os seus habitantes ao longo de todos os anos. Razão pela qual tem-se disparado a procura de terras “vazias” em países mais despovoados (como no continente africano) cuja compra não é para alimentar os nativos, mas para produzir alimento para exportação e para produzir ração para os animais dos países desenvolvidos.

Na Carta Pastoral dos Bispos de Moçambique “À tua descendência darei esta terra” (2017), estes dizem: “*Estima-se que desde o ano 2000 até 2013, 56 milhões de hectares de terra africana foram vendidas ou entregues a estrangeiros. Isto faz-nos perceber que as empresas e os governos dos países*

- a) O que fazer para que a terra seja de facto uma fonte sustentável de produção quer para as comunidades, quer para os investidores sem prejudicar uma das partes? Como conciliar a agricultura familiar e o agro-negócio? Como tornar bom e sustentável o valor económico da nossa terra?
- b) Quais são os conflitos de terras que existem nas nossas comunidades? Quais as causas? E as consequências? O que fazer para combater os conflitos de terra no seio das comunidades e estas com os investidores e autoridades? O que fazer para ajudar as nossas comunidades legalizarem os seus terrenos? O que fazer para que a terra se torne fonte de proximidade, de relação ética e de irmandade entre famílias e vizinhos?
- c) Sabendo que muitos moçambicanos têm a sua terra como herança dos pais (sobretudo as machambas, direito costumeiro), como conservar esses direitos de herança? Como manter o valor jurídico das terras adquiridas por herança? Como defender esses direitos diante investidores que querem ocupar e explorar essa terra por causa dos seus recursos? Como proceder em favor das comunidades quando entra em jogo a lei, os interesses nacionais e o bem comum? (cf. *Carta da CEM*, n. 13)
- d) Sabendo que há ligação afectiva forte entre as comunidades e a sua terra (remonta às suas origens, à sua história, à sua identidade), é justo tirar as pessoas de um lugar para outro? Os reassentamentos podem substituir o valor afectivo que mantém o povo ligado à sua terra?
- e) Se a terra é a nossa casa comum, tal como afirma o Papa Francisco, como desenvolver uma educação ambiental cristã? Que actividades podemos desenvolver para que possa nascer em nós o valor contemplativo da nossa terra?

da terra. Portanto, convém que a CNJP assuma a responsabilidade de coordenar este serviço. Uma caminhada comum com as organizações da Sociedade Civil e as CDJPs pode ajudar muito. Mas, como actividade regular, as CDJPs precisam ajudar as comunidades a conservarem as terras que possuem por herança, e precisam ajudar as famílias a encontrarem espaços para as suas habitações. Uma grande ajuda consiste, por um lado, na divulgação da lei de terras e outras relacionadas, e no acompanhamento do plano de expansão que municípios têm, e, por outro lado, na legalização desses espaços.

- d) O valor afectivo e contemplativo da terra exige que se organizem formações no nível das bases para que haja a possibilidade de os vários intervenientes (camponeses, sobretudo mulheres que trabalham a terra e produzem alimentos) possam partilhar sonhos e dificuldades, e aprendam a olhar para a terra como um espaço bom para se viver e para se estar, apesar da “vã situação do mundo” em que nos encontramos (Rm 8,20). Para o resgate deste valor afectivo e contemplativo, a pastoral da terra precisa de pensar numa pastoral de educação ambiental cristã com linhas de orientação precisas.

IV. A TERRA GEME DE DORES DE PARTO: PERGUNTAS DE REFLEXÃO E MOMENTO DE ORAÇÃO

Na carta aos romanos, Paulo diz que as criaturas gemem de dores de parto esperando a libertação dos Filhos de Deus. Não só as criaturas, mas também nós todos suspiramos pela redenção do nosso corpo (cf. Rm 8,22.24). Olhando para a questão da terra, que é uma questão social, é preciso que nós sintamos a urgência do reino e da sua justiça, esse suspiro pela redenção do nosso corpo. É preciso que as CDJPs sintam que a pastoral da terra é uma pastoral urgente. Algumas perguntas de reflexão e partilha pastoral podem ajudar as CDJPs a tornar urgente esta pastoral:

industrializados estão a procurar em África a solução à crise energética e alimentar mundial dos seus próprios países e não necessariamente a procurar ajudar na resolução dos problemas dos africanos ou dos moçambicanos” (9). E mais adiante secundam:

“De todos os países africanos, o nosso país é um dos mais cobiçados pelas empresas e países estrangeiros nestes últimos anos. De facto, o investimento directo estrangeiro em Moçambique tem aumentado rapidamente nos últimos anos. De acordo com o Banco Nacional de Moçambique, em 2013, fomos o terceiro maior destino de IDE (Investimento Directo Estrangeiro) em África⁴. Nos últimos anos Moçambique tem vendido ou entregue para projetos de agro-negócio 535.539 hectares a empresas estrangeiras⁵. Em 2007 foram identificadas em Moçambique cerca de 33 milhões de hectares (40% da superfície cultivável do país) como válidas para o cultivo de bio-combustíveis⁶. Em 2009 realizou-se uma iniciativa do Banco Mundial, a Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional do G8, para abrir Moçambique a projetos de agro-negócio de grande escala. Ao abrigo da Nova Aliança, um acordo-quadro foi assinado com Moçambique. Esse acordo foi transformado em política pública nacional: o Plano Nacional de Investimentos do Sector Agrário (PNISA) que se tornou no instrumento que operacionaliza o desenvolvimento da agricultura em Moçambique” (10).

II. ENTENDENDO ALGUNS CONCEITOS:

AGRONEGÓCIO: Falamos de agronegócio quando a relação do camponês, trabalhador, empresário que trabalha a terra está determinada pelo mercado. Leva em si a exploração da terra em vistas de fazer negócio. O negócio vai desde os insumos (fabrico e venda de sementes melhoradas, fertilizantes, pesticidas, equipamento...) até o sector financeiro e a bolsa de valores.

Com o agronegócio, o camponês fica dependente da semente melhorada sem poder utilizar, já a própria semente guardada da colheita anterior. O uso de pesticidas e fertilizantes empobrece a terra e elimina plantas e

insectos que mantinham o equilíbrio do meio-ambiente fazendo com que, em poucos anos, essa terra esteja cansada, seca e incapaz de produzir. A utilização da terra para superar a crise alimentar e energética mundial está sendo sob a forma de agronegócio. Está-se a explorar a terra e a esgotá-la.

TRANSGÊNICOS: Uma das áreas do agro-negócio é o fabrico de sementes com as características que o fabricante considera de maior demanda, procura e com probabilidade de serem mais bem vendidas. Assim, os transgênicos são alimentos cuja semente foi criada num laboratório modificando os genes para lhe dar as características desejadas. O Papa Francisco dizia a este respeito na Laudato Si:

“Embora não disponhamos de provas definitivas acerca do dano que poderiam causar os cereais transgênicos aos seres humanos e apesar de, nalgumas regiões, a sua utilização ter produzido um crescimento económico que contribuiu para resolver determinados problemas, há dificuldades importantes que não devem ser minimizadas. Em muitos lugares, na sequência da introdução destas culturas, constata-se uma concentração de terras produtivas nas mãos de poucos, devido ao progressivo desaparecimento de pequenos produtores, que, em consequência da perda das terras cultivadas, se viram obrigados a retirar-se da produção directa. Os mais frágeis deles tornam-se trabalhadores precários, e muitos assalariados agrícolas acabam por emigrar para miseráveis aglomerados das cidades. A expansão destas culturas destrói a complexa trama dos ecossistemas, diminui a diversidade na produção e afecta o presente ou o futuro das economias regionais. Em vários países, nota-se uma tendência para o desenvolvimento de oligopólios na produção de sementes e outros produtos necessários para o cultivo, e a dependência agrava-se quando se pensa na produção de sementes estéreis que acabam por obrigar os agricultores a comprá-las às empresas produtoras” (134).

Lendo este texto da Carta Encíclica, podemos entender já o que significa agricultura familiar e agricultura de contrato. Com o sistema de exploração do agronegócio, o camponês terá duas opções: tornar-se empresário e entrar no agronegócio (é o que aparentemente pretende o programa

várias alternativas às queimadas e outras formas insustentáveis, etc. O espírito do Programa SUSTENTA, ora iniciado pelo Governo, se for bem acompanhado e aproveitado por nós em benefício dos camponeses, pode inspirar bons resultados, mas se o espírito for o mesmo que animou o ProSavana e outros programas do agro-negócio, então será mais uma fonte de problemas na relação entre investidores e camponeses. Pense-se também na divulgação das boas práticas de trabalho com a terra por meio de cartazes, vídeos, mensagens curtas, etc.

- b) Em relação à terra como espaço de ocupação, é importante promover actividades de sensibilização para que as comunidades, em coordenação com as autoridades municipais, melhorem o modo de organização dos espaços lá onde há necessidade de ordem. Partimos do princípio de que há um plano de ordenamento territorial feito pelas autoridades municipais e que há várias comunidades organizadas. A pastoral da terra pode ajudar a divulgar esse plano de modo a evitarem-se construções desregradas. A pastoral da terra, em parceria com IPAJ (Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica), UAJ (Unidade de Aconselhamento Jurídico), da UCM, AAAJC (Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades), Justiça Ambiental, CTV (Centro Terra Viva), OMR (Observatório do Meio Rural), etc, pode ajudar a assessorar as comunidades nos conflitos de terras quer diante de investidores, quer diante de autoridades municipais, respeitando, por um lado, a primazia do Estado e, por outro lado, o princípio de harmonia com as comunidades locais (Chiziane *in* Mandamule, 2017). Esta assessoria não significa somente envolver-se em conflitos de terra, mas trabalhar pastoralmente para se restabelecer uma convivência pacífica entre os intervenientes, cada um reconhecendo o espaço do outro.
- c) O valor jurídico da terra, na conjuntura actual, obriga-nos a fazer parte integrante do processo de auscultação da revisão da política nacional

como novo paradigma da justiça. Isto quer dizer que o Papa advoga um novo relacionamento com a terra em que vários aspectos, como o económico, o social, o cultural, o mental e o ambiental se conjugam numa única visão contemplativa em que nós nos sentimos partes e filhos da terra: se a terra é nossa casa, então nós somos uma família. Portanto, já não é a terra que pertence a nós, somos nós que pertencemos à terra. Tanto nós como ela “gememos e sofremos as dores de parto” (Rm 8, 22; LS, n.2) desejando a manifestação do Espírito. Essa epifania do Espírito em nós é que nos dá a oportunidade de olhar para a terra como um espaço bom para viver, com beleza e espírito de gratidão pela vida e pela existência; e nos dá também a força de lutar para converter a terra nesse espaço desejado ao ponto de ela ser objecto de contemplação e maravilhamento.

III. A URGÊNCIA DE UMA PASTORAL DA TERRA: A TERRA DEVOLVIDA AOS DONOS

No dia 16 de Julho 2020, o presidente Filipe Nyusi fez o lançamento da auscultação da revisão da política nacional de terras. Esta é uma razão suficiente para que as CDJPs assumam que, desde já, precisam ter uma postura própria sobre a questão da terra. Essa postura passa pela organização da pastoral da terra, fazendo com que, dentro da Comissão, haja um sector dedicado à Pastoral da Terra e Integridade da Criação. Este sector teria que firmar parcerias com as organizações da Sociedade Civil que têm a terra como seu foco. Há várias comunidades que já deram passos significativos neste sentido. Mas ainda há muito que fazer. Eis algumas linhas de orientação pastoral:

- a) Nas formações dos agentes da pastoral da terra e dos que trabalham com a terra (sobretudo mulheres), é preciso que, por meio da partilha, se resgatem as várias técnicas de trabalho com a terra e seu tratamento, as várias formas de produção (sobretudo aquelas sustentáveis), as

SUSTENTA) ou entregar a terra às grandes empresas e a família trabalhar como assalariado para a empresa. É neste sentido que os bispos advertem na sua Carta Pastoral:

“A terra em Moçambique está a tornar-se uma fonte de problemas, principalmente para as comunidades locais dependentes da terra para a sua sobrevivência, das quais 90% são ocupadas por prática costumeira, modelo de ocupação de terras reconhecida pela Lei de Terras8. O desconhecimento dos direitos e deveres está a forçar as comunidades locais a abandonarem as suas terras para favorecer os investidores público-privados. Tendo em vista a implementação destas políticas, muitos dos nossos irmãos camponeses são ‘convidados’ (e obrigados) a passar duma agricultura familiar para uma agricultura de contrato: “entreguem as terras a empresas estrangeiras que as podem rentabilizar mais e melhor e trabalharão como empregados das mesmas”. Repare-se que a tecnologia do agronegócio não precisa de muita mão-de-obra pelo que a promessa de emprego aos agricultores funciona somente como mecanismo de aliciamento das famílias camponesas a ceder as suas parcelas de terra aos investidores, sem questionamento nem resistência. Por outro lado, o produto do agronegócio não tem como finalidade abastecer a população local, mas a exportação, pelo que o camponês fica sem terra, sem trabalho e sem comida que deverá depois comprar a preço de importação” (11).

TERRA E ÁGUA: Estes conceitos não precisam de explicação. Porém, é importante ter em conta que falar do cuidado da terra é também falar do cuidado da água. Uma pastoral da terra deverá prestar atenção ao acesso, qualidade e cuidado da água, pois esta tem sido uma fonte de muitos conflitos entre os utentes das mesmas fontes de água no seio da mesma comunidade.

III. DOCUMENTOS A CONHECER

- 1) *À tua descendência darei esta terra:* Em Abril 2017, a Conferência Episcopal de Moçambique escreveu uma Carta Pastoral sobre a terra. É

a palavra da Igreja sobre o assunto. É necessário que quem trabalhe na Pastoral da Terra conheça esta carta.

- 2) *Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos camponeses e outras pessoas que trabalham nas zonas rurais*: Em 17 de Dezembro de 2018, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou esta Declaração. É necessário que quem trabalhe na Pastoral da Terra conheça essa Declaração.
- 3) A legislação moçambicana sobre a Terra: apesar de esta estar em revisão, é preciso que os membros da Pastoral da Terra conheçam a Política Nacional de Terras, a respectiva Lei, a legislação mineira e outras que regulam a actividade agrícola (...)
- 4) O Centro Terra Viva publicou um estudo em Junho 2020 sobre a *“Terra e recursos naturais em Moçambique. Uma análise à sobreposição de direitos do uso e aproveitamento da terra entre comunidades locais e empreendimentos económicos”* que pode ajudar a perceber os conflitos de terras em algumas províncias.

proíbe toda a pretensão de posse absoluta: *“Nenhuma terra será vendida definitivamente, porque a terra pertence-Me, e vós sois apenas estrangeiros e meus hóspedes”* (Lv 25,23). A terra é o dom precioso de Deus. Ela é o lugar no qual o povo deve concretizar a sua fidelidade a Deus. É nessa fidelidade que os bens da terra pertencem a todos os que moram nela. Assim se funda o princípio do destino universal dos bens (cf. Carta da CEM, nn.34-35; LS, n. 93).

- d) A terra como origem e identidade (o valor afectivo da terra): A relação que existe entre as comunidades locais e a sua terra não consiste apenas em cultivá-la, trabalhá-la, cuidá-la, ou pô-la a produzir para o seu sustento, não é apenas uma questão de sobrevivência, mas é sobretudo uma entrada em contacto com o seu passado, com a sua história, com as suas origens, com as suas raízes identitárias. Quando alguém diz “vou à minha terra” não está a falar apenas do lugar físico, mas há todo um conjunto de representações simbólicas que preenchem este imaginário colectivo ou esta “alma colectiva”, que é carregada de sentimentos, de emoções, de intuições, de valores, etc. partilhadas mais ou menos pelos membros da mesma comunidade. Dizem os bispos na sua Carta que *“a relação que temos com a terra e com um lugar não se reduz a uma simples funcionalidade no uso e aproveitamento do mesmo: é uma relação vivencial, literalmente vital, porque nos une aos nossos antepassados, nos oferece uma história e nos enraíza a vida”* (n.15). Isto não impede que aceitemos as novas realidades em que, no mesmo espaço, confluem várias identidades, novas dinâmicas vivenciais, misturas de culturas, etc. Esta nova realidade apenas é sinal de que tal valor afectivo da terra é uma realidade histórica, e que muda com o tempo.
- e) A terra como nossa casa comum (o valor contemplativo da terra): O sonho do Papa Francisco, ao escrever a ‘Encíclica Laudato Si’ e ao destiná-la a cada um dos habitantes da terra está na ecologia integral

humana e sustentável, uma economia no sentido originário da palavra: um trabalho que corresponde à regra de administração da casa, da terra. E administrar a casa significa cultivar e guardar (Gn 2,15).

- b) A terra como espaço de ocupação (o valor ético da terra): Quando o povo de Israel entrou na terra prometida, cada tribo recebeu o seu espaço e ocupou-o. A terra é, com certeza, um espaço ocupado por uma família ou uma comunidade que aí mora. Em termos de organização, os espaços são divididos em talhões para que cada um possa saber até onde vai o espaço que lhe cabe ocupar e fazer uso. Estes limites também ajudam para estabelecer laços de vizinhança, de irmandade, de convivência social ao ponto de dizermos com Mia Couto: “uma casa chamada terra”. A ideia de respeito pelo espaço do outro (não só espaço físico, mas também da liberdade) é que dá origem à ética. Portanto a terra como espaço de ocupação é causa de uma convivência ética que passa pelo reconhecimento do nível familiar até ao nível internacional, por causa do reconhecimento da presença do outro. A reflexão do Papa Francisco sobre a ecologia social ajuda a perceber esses laços (LS, n.142).
- c) A terra como herança (o valor jurídico da terra): O povo moçambicano tem direito à sua terra. Por ela pertencer ao Estado, ela pertence ao povo. Entre os interesses das comunidades e os interesses dos investidores, é preciso atender primeiro aos interesses das comunidades, pois a terra lhes foi dada por herança, pelos antepassados. Portanto, é preciso reconhecer o valor jurídico desta pertença. Isto não veda a possibilidade de investimentos, mas que estes devem ser feitos juntamente com as comunidades. Elas devem ser integradas no processo, e a sua voz deve ser ouvida e respeitada. Pela fé, nós acreditamos que a terra a Deus pertence, pois ela é dom de Deus. Ela faz parte da promessa de Deus ao seu povo e é sinal da aliança (cf. Gn 12,7; 13,14-15; 15,7.18; 26,2-3; 28, 13; Ex 3,8; Js 1,2). Por isso, Deus

NOSSA TERRA, NOSSA VIDA

Para mais de 70% dos moçambicanos, a terra é a fonte de sobrevivência, é a sua vida (cf. *Carta da CEM*, n.15). Cultiva-la, trabalha-la, cuidá-la, pô-la a produzir não é apenas uma questão de sobrevivência, mas também, e, sobretudo, é uma entrada em contacto com o seu passado, é uma questão de sentido e de identidade. Vale dizer que a terra tem um significado muito profundo para o povo. Por isso, intitulamos esta reflexão pastoral “nossa terra, nossa vida”.

O objectivo dessa reflexão é de motivar e dar subsídios às Comissões Diocesanas de Justiça e Paz (CDJPs) para que vejam a importância e a urgência de uma pastoral da terra e se organizem para que tal pastoral exista. Sendo assim, esta reflexão se dirige às CDJPs.

A reflexão está organizada em quatro partes: na primeira parte (ver), apresentamos a situação da terra no contexto actual; na segunda parte (julgar), apresentamos uma breve abordagem teórica (teológica) em torno da terra; na terceira parte (agir), apresentamos algumas linhas pastorais que podem ajudar para uma pastoral da terra nas dioceses, paróquias e comunidades; e na última parte (celebrar), apresentamos algumas questões para reflexão e partilha e terminamos com uma oração.

I. UMA CASA CHAMADA TERRA¹: A TERRA SUSTENTA-NOS E NÓS A ELA

Há uma consciência cada vez maior em Moçambique de que a terra, por um lado, é fonte de produção, pois ela dá-nos os recursos para viver (recursos

¹ Parte do título de romance de Mia Couto “*Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*” em que, de acordo com Portela, “O resgate das tradições e a apropriação da modernidade erguem-se como dois pólos atraídos por um mesmo centro: Nyumba-Kaya” onde Mia Couto elucida “as forças presentes em elementos que compõem a essência africana: a terra, a mulher, a pátria”.

agrícolas, florestais, hídricos, minerais, etc.), e, por outro lado, ela precisa de nós para conserva-la, cuidá-la, guardá-la. Portanto, se, por um lado, ela nos sustenta, por outro lado, nós precisamos de sustenta-la. É como a casa: protege-nos, e nós temos que cuida-la, reabilita-la.

De facto, a experiência quotidiana tem mostrado vários aspectos positivos neste comprometimento mútuo nosso com a nossa terra: olhemos para a lei de terras e a sua política que já existem há mais de vinte anos, considerada por muitos países como uma das leis sociais mais importante e melhor elaborada, e que agora entra em revisão, com o objectivo de melhorar cada vez mais o acesso e uso da terra por parte dos que têm direito e dos que podem fazê-la produzir; olhemos para os direitos que hoje protegem a mulher no acesso e uso da terra e no acesso ao DUAT; pensemos também na protecção legal do direito à herança, direito que protege muitos moçambicanos que não têm voz; pensemos nos vários programas (ex.: um aluno uma planta; um líder comunitário, uma floresta, etc.) que visam a protecção ambiental; pensemos também na lei que regula as actividades de extracção dos recursos minerais como forma de protecção ambiental; olhemos também para aqueles vários outros programas existentes em vários cantos deste país que mostram este uso da terra em benefício das comunidades, e que mostram o quanto tais comunidades tem sido educadas no exercício do cuidado com a terra. Fruto deste comprometimento é a união de várias comunidades afectadas pelo Programa Prosavana; união que conseguiu travar a implementação do programa de agronegócio. É preciso que as CDJPs conheçam e valorizem este caminho já feito para poderem compreender por onde começar a intervir.

Mas, por outro lado, este caminho positivo tem sido acompanhado pelas suas sombras. Por exemplo, um pesquisador brasileiro intitulou a sua pesquisa “você estão a nos matar”, citando alguns membros das comunidades locais de Moatize durante o seu trabalho de campo. Um outro

naturais gerado pelo pecado, e devido à ilusão do infinito desses recursos naturais, tem-se convertido em lugar triste, em lugar que não dá para se viver, um lugar em que salva quem poder, em que vive o mais forte. As CDJPs precisam de trabalhar para que as comunidades locais voltem a ter a possibilidade de contemplar a beleza da natureza, das águas, das flores, do canto dos pássaros, voltem a contemplar o rosto do Criador nas suas criaturas. Uma educação ambiental baseada em valores cristãos pode ajudar-nos a aprender a escutar as palavras de Jesus: “olhai os lírios dos campos...” (cf. Mt 6,28-31).

II. À TUA DESCENDÊNCIA DAREI ESTA TERRA: NOSSA TERRA, NOSSA VIDA

O que acabamos de referenciar acima, por um lado, mostra que caminhamos, e, por outro lado, mostra que precisamos de prosseguir. Em 2017, dois anos depois da publicação da Carta Encíclica “*Laudato Si*”, a Conferência Episcopal de Moçambique publicou a sua Carta Pastoral *À tua descendência, darei esta terra*, aqui designada por *Carta da CEM*. Tratou-se duma contextualização daquele documento do Papa. Neste texto, os bispos denunciam a problemática da terra em Moçambique, anunciam a visão da Igreja e o ensinamento da Doutrina Social da Igreja (DSI) e apontam para um caminho a seguir, terminando com a proposta de iniciarmos uma efectiva reforma agrária, que seria uma boa forma de celebrarmos os 50 anos da Independência do País em 2025. Inspirados neste texto e nos outros textos da DSI, apresentamos aqui às CDJPs algumas reflexões teológicas em relação à terra:

- a) Terra como fonte de produção (o valor económico da terra): A terra é, sim, fonte de produção, pois ela dá de comer àqueles que a cultivam. E o ser humano é chamado a trabalhar a terra para que possa prover o seu sustento (Gn 3,17-19). Este é o valor económico da terra. Não se trata de uma economia selvagem, mas de uma economia ecológica,

quando entra em jogo a lei, os interesses nacionais e o bem comum³ (cf. *Carta da CEM*, nn. 11-12).

- d) Encontrar caminhos para a redescoberta ou reconstrução de uma identidade (história das comunidades) muitas vezes sacrificada em detrimento do interesse meramente económico. Este desafio é colocado às CDJP porque há uma ligação afectiva e identitária muito forte entre as comunidades locais e a sua terra. Mas os vários investimentos, as migrações internas, o encontro de várias culturas e mentalidades e as propostas de novos modelos de vida no seio dessas comunidades locais, por um lado, têm sacrificado esta relação identitária do povo com a sua terra, e, por outro lado, tem ajudado a reconstruir tal identidade trazendo outros sentidos e outras formas de ligação com a sua terra. Coloca-se, por isso, às CDJPs o desafio de olharem para os reassentamentos, por um lado, como forma concreta deste sacrifício que tem quebrado este valor afectivo da terra e, por outro lado, como oportunidade de uma outra forma de ligação com novos espaços, criando-se novos significados e novas identidades (cf. *Carta da CEM*, n. 15)
- e) Contribuir para a consolidação duma visão contemplativa da terra como casa para todos. A terra não pode continuar a ser um “vale de lágrimas”⁴ para os seus filhos. Era de esperar que a terra fosse um lugar bom, agradável, saudável para se viver, um espaço com ambiente limpo, tal como foi desejado pelo Criador, quando fez o jardim do Éden (cf. Gn 2,8-15). Mas, devido ao modelo consumista de exploração dos recursos

³ É preciso ter em consideração que o Estado tem primazia sobre outros direitos preexistentes de uso e aproveitamento da terra, na promoção da exploração mineira, petrolífera, florestal, etc. com a ressalva do dever para o concessionário pagar justa indemnização aos titulares de direitos preexistentes à exploração. (Chiziane *in* Mandamule, 2017, p.19)

⁴ Oração “Salve, Rainha”.

exemplo é de um residente de Moatize, aquando da visita do GRI, no dia 30 de Novembro de 2018, ao Porto Seco² para se inteirar da problemática que a mineradora Jindal Africa está a trazer para aquelas populações, e tal dizia “nós não somos donos da nossa terra, eles sim!”. Estas expressões são exemplo das várias que encontramos nas comunidades espalhadas pelo vasto Moçambique, que sofrem da expropriação da terra ou do maltrato causado pela presença de megaempresas.

É importante referir que os exemplos positivos apresentados acima também trazem dentro de si as suas sombras. Por exemplo, o programa SUSTENTA, lançado no dia 30 de Julho 2020 pelo presidente Filipe Nyusi, desta vez, para todo o país, que, em princípio, consiste na gestão integrada de agricultura, principal base de sustento do povo moçambicano, e dos recursos naturais de forma sustentável, é um projecto de agronegócio que visa a progressiva privatização da terra fazendo passar de uma agricultura familiar a uma agricultura contratada. Um outro exemplo é a revisão da política nacional da terra, que hoje está em andamento. Esta continua sendo alvo de muitas críticas por parte de Organizações da Sociedade Civil, nomeadamente ADECRU, CTV, OMR, Fórum Mulher, etc., pois a sua motivação não é clara para as comunidades. Há, por detrás, uma espécie de medo de que a terra seja retirada definitivamente das mãos das comunidades, sobretudo das mãos da mulher, que é a principal agente que faz uso da terra para a produção de alimentos.

“A terra não nos pertence, nós pertencemos à terra”. Esta frase, atribuída ao Chefe índio Seattle em 1854, manifesta duas visões diferentes e opostas da relação com a terra que hoje também estão presentes em Moçambique

² Assim se chama aquele lugar porque a Jindal descarrega nele o carvão trazido da mina em Chirodzi pelos camiões, e depois o mesmo carvão é carregado para os vagões de comboio para exportação. É um trabalho semelhante ao que se faz nos portos. Mas, porque não temos nenhum mar neste porto, preferiu-se chamar Porto Seco.

e são causa do conflito: uma relação mais “existencial” e outra visão “mercantil”. Enquanto para uns a terra é parte de si mesmos e mantém uma relação vital e “recíproca” de cuidado sentindo-se parte dela e procurando nela unicamente aquilo que precisam para comer, para outros a terra é objecto de negócio e lucro, e deve ser explorada.

Como podemos ver, várias são as formas como a terra tem sido negada aos seus donos, formas que nós resumimos na expressão “conflitos de terra”. Para facilitar a intervenção pastoral, as CDJPs precisam de compreender estes conflitos de terra como desafios a encarar. Eis alguns deles:

- a) Compreender como é que a terra é concebida, por um lado, como lar e casa para uns, e, por outro lado, como fonte de lucro para outros. E como estas duas percepções entram em conflito. Isto implica olhar para as várias vertentes em que se coloca o problema da terra, tais como a produção (em pequena para a renda familiar, e em grande escala para o mercado), a extracção dos recursos naturais, a questão das terras de reservas e zonas turísticas, os planos de ordenamento territorial, etc. Se a terra é assumida só como fonte de lucro, isto reduz o seu valor: ela torna-se simples recurso para satisfazer as exigências do mercado, tal como acontece com o agro-negócio. E isto empobrece o valor vital que o povo tem da terra, para quem a terra é garantia de vida e lugar de encontro com a sua história e os seus antepassados (cf. *Carta da CEM*, n. 15).
- b) Compreender como é que, na continuidade do ponto anterior, a terra torna-se causa de conflitos (cf. *Carta da CEM*, n. 12), e compreender os vários rostos destes conflitos nas comunidades. Por exemplo, Mandamule (2017) categoriza-os em: conflitos intra-familiares, conflitos inter-familiares, conflitos inter-comunitários e conflitos entre investidores e comunidades locais. Esses diferentes conflitos ligados à terra têm provocado o aumento de casos de terras nos tribunais,

perseguições, expropriações de terras das comunidades, reassentamentos desumanos e suas graves consequências (Selemane & Mandamule, 2017), indemnizações injustas, e várias outras situações que levam ao desrespeito das autoridades, da lei e dos outros. A terra, em vez de ser um recurso que cria laços de união entre as pessoas, em vez de ser causa de proximidade, de relação ética e de irmandade entre famílias e vizinhos, torna-se simplesmente causa de conflitos. Portanto, as CDJP precisam de perceber a forma como a questão da terra levanta problemas a nível ético e de convivência social, e encontrar formas de enfrentar este desafio.

- c) Compreender a terra como matéria de direito, proteger os casos em que o direito à terra é reconhecido aos donos, e perseguir os casos em que esse direito é negado aos outros donos (sobretudo comunidades). Este desafio é colocado às CDJP porque, por um lado, temos as famílias moçambicanas que moram em lugares onde estão desde os tempos remotos, e não têm como pensar a sua vida fora desses lugares, pois toda a sua história aconteceu aí; por outro lado, vemos muitas famílias moçambicanas a se deslocarem por vários motivos e a ocuparem outros espaços numa forma mais ou menos definitiva. Vemos ainda, por um lado, projectos de expansão e habitação em novas áreas, e, por outro lado, vemos áreas que, mesmo sendo habitadas, por causa da descoberta de recursos minerais, as comunidades são obrigadas a deixar as suas terras e a serem reassentadas. Neste sentido, as CDJP precisam de conhecer bem a legislação sobre a terra e o direito de herança para que, estando do lado das comunidades (elo mais fraco) encontrem um meio-termo satisfatório para as comunidades quando há necessidade de explorar os recursos que se encontram nessas terras. É preciso encontrar formas de proceder em favor das comunidades